



GT 028. Conflitos, Práticas Estatais e Mobilização Social no Brasil contemporâneo

Manuela Souza Siqueira Cordeiro (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA) - Coordenador/a, Katiane Silva (Universidade Federal do Pará) - Coordenador/a, Paula Mendes Lacerda (UERJ) - Debatedor/a, Marta de Oliveira Antunes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - Debatedor/a, Rhuan Carlos dos Santos Lopes (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) - Debatedor/a

O GT tem como proposta reunir trabalhos que tematizem processos e dinâmicas em torno de conflitos sociais. Compreendemos o conflito como um momento que pode desencadear mobilizações sociais, caracterizadas pelo estabelecimento e negociação de poder entre coletivos políticos ou entre estes e o Estado. Além dessa dimensão que, por sua vez, se desdobra em categorias que pretendem descrever formas específicas de violência como a “violência estatal”, a “violência contra a mulher”, o “genocídio”, os “massacres” e “conflitos no campo”, buscaremos contemplar também o conflito em sua dimensão processual ou genealógica, atentando para os mecanismos por meio dos quais as diferenças e desigualdades se fundam e perpetuam. Pretendemos também abarcar trabalhos que estejam discutindo ações de coletivos políticos que se constituem ou se reorganizam frente a situações consideradas injustas, desiguais ou violentas, de maneira a perceber como estes vislumbram a possibilidade ou a expectativa de reparação pelas violações sofridas. Trata-se, portanto, de um GT que espera se compor a partir de uma diversidade de situações etnográficas que tenham como proposta discutir mobilizações sociais nas cidades, no campo, em comunidades indígenas.

"Mortos e desaparecidos políticos?: a construção da vítima? nas comissões da verdade vinculadas ao período ditatorial no Brasil

Autoria: Maria Julieta Ramallo Garcia

O Brasil viveu, de 1964 a 1985, um período de regime ditatorial, durante o qual foram cometidas inúmeras violações dos direitos humanos, cujo saldo de mortos e desaparecidos políticos é de grande expressão. Para muitos autores, pouco se avançou na questão de elucidar as violações cometidas nesse período; no entanto, nos últimos anos ocorreram certos fatores que ajudaram no processo da criação da Comissão Nacional da Verdade, em novembro de 2011, através da Lei n. 12.528, e de outras comissões estaduais. Para Sarti (2014) o Brasil voltou-se, desde o início, para as políticas de reparação de caráter indenizatório, evitando, assim, esclarecer os fatos e a utilização penal e judicial para julgar os responsáveis pelos crimes cometidos na ditadura, que, segundo a autora, legou a figura da vítima um lugar indefinido. No entanto, com a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em 2012, os lugares da vítima e da testemunha foram colocados em outro plano, já que buscava-se revelar outra versão da história dita oficial (2014: pg. 94). Entretanto, a construção dessa memória não é singular, mas plural. A autora utiliza o argumento da socióloga argentina Elizabet Jelin, que se volta para a impossibilidade de se encontrar “a” memória, isto é, “o cenário das lutas políticas pela memória não é simplesmente um confronto entre memória e esquecimento, se não entre distintas memórias” (2003: pg. 16 apud SARTI, 2014: pg. 97). Nesse sentido, o sociólogo Lucas Pedretti se pergunta: “a comissão da verdade reforçou ou questionou determinadas marcas das memórias hegemônicas sobre o período? (PEDRETTI, 2017: pg. 65). Nesse contexto, o presente work visa analisar a categoria “mortos e desaparecidos políticos” e os critérios que a definem, a partir da perspectiva das comissões da verdade que surgiram após o fim do período ditatorial, mais especificamente a Comissão Nacional da Verdade (CNV) e a Comissão Estadual da Verdade-RJ (CEV-RIO). O objetivo do work é, a partir da análise dos relatórios,



documentos e publicações produzidos pelas comissões, e de entrevistas com integrantes das próprias e de pessoas afetadas ou vinculadas a elas, inquirir o que define e como se constrói uma “vítima do estado ditatorial”.

[Trabalho completo](#)



Realização:



Apoio:



Organização:

